

## Redes sociais e mobilizações públicas. O movimento de “15 de Setembro”

Isabel Babo<sup>1</sup>e Célia Taborda Silva<sup>2</sup>

Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona do Porto, Portugal.  
[isabel.babo.ibl@gmail.com](mailto:isabel.babo.ibl@gmail.com); [celia.taborda@ulp.pt](mailto:celia.taborda@ulp.pt)

**Resumo:** O movimento “Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas”, de 15 de Setembro de 2012, em Portugal, surgido a partir das redes sociais digitais e com manifestação na rua, patenteou novas formas de mobilização e de protesto públicas motivadas pela insatisfação dos cidadãos, tal como já vinha ocorrendo noutros espaços públicos internacionais. Utilizando um *corpus* retirado da imprensa escrita, procedeu-se à análise do acontecimento com recurso a um quadro teórico e conceptual das teorias do espaço público e dos movimentos sociais. Este movimento permite refletir sobre os atuais movimentos de protesto, as redes sociais e a ação coletiva, numa época em que o ativismo se exerce nas ligações eletrónicas – o mediativismo ou netativismo – e na rua. Através dele pretende-se problematizar se estamos face a novas configurações de mobilização, de visibilidade, do agir em público e da criação de um espaço comum, e/ou se estamos perante uma continuidade do tradicional movimento social com incorporação de novos “repertórios de ação”.

**Palavras-Chave:** ativismo, mobilização pública, movimento social, redes sociais digitais

**Abstract:** The movement “To hell with troika! We want our lives!”, September 15, 2012, in Portugal, emerged from online social networks and demonstration on the street, patented new ways of mobilizing public protest and motivated by dissatisfaction of citizens, as was already happening in other public spaces. Using a *corpus* out of the written press, analysed the event using a theoretical and conceptual framework of the theories of public space and social movements. This movement allows to reflect on the current protest movements, social networks and collective action, at a time when activism is done in electronic links – net activism – and on the street. Through it we intend to discuss if we're faced with innovative mobilization of visibility settings, of the Act on public and creation of common space, or if this is a continuation of the traditional social movement with incorporation of new “repertoires of action”.

**Keywords:** activism, demonstration, social movement, social networks

### Introdução

O movimento *Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas* (QSLT), de 15 de Setembro de 2012, em Portugal, surgido a partir das redes sociais digitais e advindo na rua, patenteou novas formas de mobilização e de protesto públicas motivadas pela insatisfação dos cidadãos, tal como já vinha ocorrendo noutros espaços públicos internacionais (praça Tahrir no Cairo; GeziPark em Istambul; *Occupy Wall Street* em Nova Iorque e outras cidades; *Movimiento 15-M* ou *Indignados* na Puerta del Sol em Madrid e outras cidades, etc.). A mobilização irrompeu nas redes eletrónicas, em torno do

---

<sup>1</sup>Reitora da Universidade Lusófona do Porto (ULP) e diretora da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação da ULP. Tem Agregação em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e Doutoramento e D.E.A. em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. A sua área de especialização é a sociologia da comunicação, a sociologia do acontecimento e os públicos, com livro, e artigos científicos publicados. É investigadora do CICANT.

<sup>2</sup>Professora Associada na Universidade Lusófona do Porto. Tem Doutoramento em História Contemporânea pela FLUP. Tem desenvolvido vários projetos de investigação no domínio da História Contemporânea portuguesa, debruçando-se, em particular, sobre os Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX, sobre os quais tem um livro publicado e vários artigos científicos em revistas internacionais e nacionais. É investigadora e membro do conselho científico do CEAUP.

descontentamento em relação às políticas de austeridade, convocada por cidadãos provenientes de áreas e grupos políticos distintos e organizou-se a partir da plataforma *Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas* (QSLT), originando a manifestação do dia 15 de Setembro. Esta foi, assim, convocada e difundida online e, desde o início, apelou à associação e participação de uns e outros no espaço público, num protesto contra as políticas governamentais.

Nesta medida, o movimento QSLT, que adiante apresentaremos, permite efetuar uma reflexão sobre os atuais movimentos de protesto e as novas formas de mobilização pública, numa época em que o ativismo se exerce nas ligações eletrónicas – o *mediativismo* ou *netativismo* – e na rua ou sem o abandono desta. A este propósito surgem várias questões, entre as quais perceber se estamos face a novas formas de se mobilizar, de visibilidade, de agir em público e de criação de um espaço comum, e quais as suas repercussões. Começaremos por, de modo genérico, encarar o uso das ligações eletrónicas em novas modalidades comunicacionais e novas formas de ativismo, de participação cívica e de protesto público para, de seguida, expormos o movimento QSLT e discutirmos em que medida se trata de uma nova modalidade de mobilização pública ou, então, de uma continuidade do tradicional movimento social, refletindo, por último, sobre a incorporação da internet nas mobilizações públicas. Para tal, utilizou-se o método hermenêutico, com recurso a um *corpus* retirado da imprensa escrita com fins analíticos, e mediante a utilização e aplicação de um quadro teórico e conceptual proveniente das teorias do espaço público, dos movimentos sociais e do netativismo.

### **1. Papel das redes digitais nas novas formas de ativismo, participação cívica e protesto público**

Da Turquia à Bulgária ou a Lisboa, dos EUA ao Brasil, ou das capitais ocidentais ao mundo árabe, sucedem-se mobilizações públicas de contestação que utilizam as tecnologias de comunicação e instauram novas modalidades de comunicação, expressão e ação coletiva. Com as redes sociais digitais, em particular, estes fenómenos dotam-se de novas formas de ativismo, escapam aos poderes públicos e políticos instituídos, e emergem de configurações sociais, políticas e culturais diversas, desenvolvendo modalidades de difusão, adesão, mobilização pública e ação coletiva particulares (Neveu, 1999; Cefai, 2007; Di Felice, 2012 a; Rouet, 2013). Em termos gerais, caracterizam-se pela mediação das ligações tecnológicas, ou seja, pelo mediativismo ou netativismo (D. Cardon e F. Granjon, 2013; Di Felice, 2012 a) e introduzem mudanças nas formas de ação social. Contudo, deve realçar-se que muitas vezes ciberativistas e ativistas coincidem ou juntam-se nos espaços urbanos, e as mobilizações a partir da (e na) internet são vertidas para a rua e para a ocupação de espaços públicos, com a carga simbólica dos lugares e a dimensão cénica da copresença física dos corpos num espaço comum (praça Tahrir, GeziPark, Puerta del Sol, etc.). Movimentos como *Geração à Rasca* (2011), *Occupy Wall Street* (2011) que se prolongou por outras cidades do mundo, *Movimiento 15-M* ou *Indignados* (2011) em Espanha, *Que se Lixe a Troika* (2012, 2013) em cidades portuguesas e outras, *Não vai ter copa* (contra a Copa do Mundo de 2014, no Brasil) usaram as ligações tecnológicas, convocaram adesões, desencadearam denúncias, protestos e reivindicações e ocuparam a rua. São movimentos marcados pelo registo dos princípios éticos e das emoções mais do que de ideologias, exibem expressões públicas, exaltam o pluralismo patenteando ausência de líderes, e adotam um registo criativo das proclamações e reivindicações. Utilizam as redes sociais digitais, mas também os média tradicionais (imprensa, rádio e televisão) e a praça pública, tanto como *interfaces* de mediação, quanto como lugares de aparição e de visibilidade, logo de existência pública, como diria Hannah Arendt (1988). O regime de visibilidade do “aparecer comum dos seres”, do agir e falar em conjunto, de que dava conta Arendt como estruturante do domínio público e da *polis*, incorpora doravante a mediação dos ecrãs e expande-se nas plataformas eletrónicas, para além dos média tradicionais.

As novas mobilizações de protesto usam a internet e outros dispositivos móveis de conexão (tablets, smartphones, notebooks etc.), com possibilidades ilimitadas de exposição das imagens, de propagação das palavras e de disseminação das mensagens, podendo irromper e iniciar-se online, transpor-se para a rua e estender-se a qualquer território, com transmissão direta das imagens, sons e discursos reportados em tempo real. São mobilizações que partem dos ecrãs e se caracterizam pela velocidade (Virilio, 2004), instantaneidade e comunicação em tempo real, simulam a proximidade e esbatem as distâncias, tornando-se pluricentradas e desterritorializadas, conquanto também se derramem em espaços físicos urbanos. As novas tecnologias comunicativas introduzem mudanças nas práticas de mobilização (Granjon 2011) e reconfiguram as práticas de interação e de ativismo, verificando-se, nos casos aqui referidos (*Geração à Rasca, Occupy, Indignados, Que se Lixe a Troika, ...*), uma passagem progressiva de mobilizações coletivas inseridas num quadro político, partidário e ideológico, para “formas individualizadas de comprometimento expressivo” na internet sem estrutura partidária ou sindical (Cardon e Granjon, 2013). É assim que na manifestação QSLT se esclarece a não vinculação da mobilização a organizações e a pluralidade e heterogeneidade das participações<sup>3</sup>, assumindo-se novas formas de ativismo e de protesto público.

Com o netativismo, que assenta num novo tipo de ação em redes digitais conectadas (Di Felice, 2012 a), de acordo com o tipo de sociabilidade reticular que nelas se instaura, tende a verificar-se a ausência de líderes e de organizações sociais estruturadas a convocar e coordenar as manifestações. A rede, precisamente, abre possibilidades ilimitadas de expressão e disseminação das mensagens, podendo originar mobilizações sem líderes e organizações. Como Massimo Di Felice (2012 a) advoga, atores-utilizadores, dispositivos, tecnologias, redes, bancos de dados estão implicados nestas mobilizações, constituindo novas formas de habitar os espaços urbanos. Os netativistas ou ciberativistas, que podem intervir como participantes-ativistas nos espaços públicos, lançam slogans, exibem linguagens, gestos e expressões, desencadeiam protestos, reivindicações, denúncias, petições, estabelecem lógicas de sociabilidade e partilha de emoções, e dotam-se de (novos) registos e repertórios discursivos, retóricos, estéticos e expressivos que requerem análise e averiguação (o que escapa ao estrito âmbito deste texto).

Foi isso que aconteceu no “15 de Setembro”<sup>4</sup>. A convocatória para a manifestação do 15 de Setembro nasceu nas redes sociais digitais a partir de cidadãos/utilizadores que incitaram à mobilização em Lisboa, tendo-se estendido a outras partes do país, assim como teve eco em cidades europeias e no Brasil, “Hoje, a palavra de ordem era não ficar em casa. O protesto em todo o País, que se estendeu a outros pontos do mundo, foi convocado no Facebook e no Blogger sob o lema “Manifestação: Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas”<sup>5</sup>.

<sup>3</sup>“Promotores da manifestação de hoje esclareceram que o protesto não foi motivado por partidos políticos ou por sindicatos” (título). “Os promotores da manifestação “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas” deram hoje uma conferência de imprensa no Porto para esclarecer que este protesto é espontâneo e não tem por detrás partidos políticos ou centrais sindicais. (...) A manifestação “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas” tem como objetivo unir os portugueses para “dizer basta” às medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro (...)” (expresso.sapo.pt/promotores-da-manif-desvinculam-se-de-partidos-e-sindicatos=f75357; Lusa | 17:35 Sábado, 15 de setembro de 2012).

<sup>4</sup>“Fotos da Manif” foi a página de Facebook criada para os manifestantes enviarem, in loco, as suas fotos. A entrada das fotografias é imediata e o Negócios compilou algumas das muitas imagens que foram e estão ainda a ser enviadas. (...) No mural da mesma página do Facebook, a alemã KabelbrandHöllenfeuer escreveu, enviando fotos, perto das 23h: “Olá. Nós (povo internacional de todo o mundo) realizámos uma acção de solidariedade hoje em Berlim, em frente à embaixada de Portugal, para apoiar o movimento e a resistência em Portugal” (15 Setembro 2012, 20:11, Jornal de Negócios Online | [negocios@negocios.pt](mailto:negocios@negocios.pt))

<sup>5</sup>“Em Lisboa, milhares de pessoas já estão a caminho da Praça de Espanha e no Porto são também milhares os que desfilam na Avenida dos Aliados contra as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, num protesto que também vai decorrer noutras 40 cidades portuguesas”(DN 15/09/2012).

## 2.A manifestação de 15 de Setembro: “Que se lixe a Troika - Queremos as nossas vidas”

Em 2012, Portugal estava mergulhado numa grave crise financeira inserida no contexto internacional. Em 6 de Abril de 2011, o governo português, liderado pelo então primeiro-ministro José Sócrates, pediu ajuda externa para solucionar a crise financeira. A incapacidade de pagar a dívida pública, de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente falidas, levou o país à assinatura de um memorando de entendimento com a *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia). A partir daí as dificuldades económicas aumentaram a já instalada instabilidade política, realizando-se eleições antecipadas.

Nas eleições de 5 de Junho de 2011, o partido socialista (PS) saiu derrotado, tendo ganho o partido social democrata (PSD), sem maioria. O novo primeiro-ministro, na impossibilidade de governar em minoria parlamentar, numa conjuntura tão adversa, fez um acordo de governação com o partido popular (CDS/PP). As medidas acordadas para o resgate entre a *Troika* e o governo português foram de grande austeridade e o novo governo decidiu cumprir à risca o plano de recuperação acordado. Começou, assim, o seu mandato com uma subida generalizada dos impostos, ainda que em contradição com as promessas eleitorais. A contenção orçamental implicou subidas de impostos e cortes de regalias sociais, o que se traduziu em diminuição de salários, pensões, subsídios e benefícios fiscais, e subidas de preços, tanto de bens essenciais como supérfluos, pelo aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), originando grandes dificuldades económicas para a população.

Foi este contexto de dificuldades e insatisfação generalizadas que juntou um grupo de cidadãos descontentes com a situação de crise que o país atravessava e com a forma como os políticos estavam a tentar resolvê-la e daí surgiu a plataforma “*Que se lixe a Troika-Queremos as nossas vidas*”(QSLT). O QSLT irrompeu nas redes sociais como um movimento de cidadãos comuns, provenientes de áreas e quadrantes políticos distintos, apartidário, horizontal, espontâneo. A sua finalidade era coalizar os descontentamentos populares para promover uma grande manifestação nacional, onde os portugueses, numa demonstração de cidadania democrática, expressassem aos políticos a sua discordância em relação à austeridade excessiva que pendia sobre eles.No seu manifesto/convocatória proclamava:

*“É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. ... É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. (...)Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!”*(queselixeatroikablogspot.pt de 15 de Setembro de 2014).

Apesar da desfiliação organizacional e partidária com que o grupo de 29 subscritores se apresentou na internet, a ideia original para o movimento parece ter saído do interior da organização “*Precários Inflexíveis*” (PI). Segundo Rui Marçal, foram Marco Marques, Myriam Zaluar, Magda Alves e Tiago Mota Saraiva, todos ativistas do PI e o último também do PCP, os mentores deste movimento. O plano destes ativistas consistia em “misturar algumas pessoas com mais perfil com ativistas anónimos” para que se conseguisse “mobilizar muito mais gente que numa organização” (vice.com/ptauthorruimarçal - 8 de Agosto de 2013). O papel daqueles quatro elementos foi angariar pessoas, cidadãos comuns, não inseridos em organizações, que partilhassem os mesmos objetivos, até conseguirem um grupo consistente de anónimos. Esta iniciativa foi realizada fora dos PI, tendo a primeira reunião acontecido na casa de um dos ativistas, em meados de Junho. O primeiro ministro acabou por dar aos proponentes da manifestação o lema que serviu de mote à convocação do protesto. Em Julho desse ano (dois meses antes das eleições autárquicas), num jantar do seu grupo parlamentar (PSD) na Assembleia da República, proferiu num discurso a frase “que se lixem as eleições”. A sentença do primeiro-ministro

foi reutilizada para criar o *slogan* “Que se lixe a troika – Queremos as nossas vidas”, que se voltou contra o governo.

Os encontros do grupo intensificaram-se e em meados de Agosto juntou-se-lhes João Camargo, também ele membro dos PI e dirigente do partido Bloco de Esquerda, para o coordenar ([vice.com/ptauthorruimarçal](http://vice.com/ptauthorruimarçal)). Desde então preocuparam-se em aumentar o número de subscritores e em preparar a manifestação, contando, para tal, com o apoio logístico dos PI. A data para a mobilização pública teve em conta um momento em que “a clivagem social” seria máxima, próxima da apresentação do primeiro pacote de medidas de austeridade, pois assim, segundo João Camargo, potenciariam um “momento de ruptura” ([vice.com/ptauthorruimarçal](http://vice.com/ptauthorruimarçal)). A grande manifestação aconteceu no dia 15 de Setembro de 2012, como o grupo tinha planeado. Nesse dia, cerca de um milhão de portugueses estiveram nas ruas das suas cidades a manifestarem-se. Foi o maior protesto ocorrido no país depois da revolução do 25 de Abril<sup>6</sup>. O protesto ocorreu, em simultâneo, em cerca de quarenta cidades portuguesas e algumas europeias, entre as quais Paris, Berlim, Londres, Bruxelas e Barcelona.

Em Lisboa, a concentração ocorreu na Praça José Fontana e terminou na Praça de Espanha. Aí juntaram-se mais de 500 mil pessoas. Pouco antes do cortejo se iniciar, já milhares de pessoas enchiam a Praça, onde a música ecoava, cortada aqui e ali pelos discursos proferidos por alguns dos participantes. Às cinco da tarde iniciaram o percurso previsto, de punhos cerrados no ar e ostentando a bandeira nacional ou cartazes, onde se liam frases que expressavam as emoções dos manifestantes, como “gatunos” ou “o povo unido jamais será vencido”<sup>7</sup> (*Diário de Notícias* [DN], 15/09/2012). Ao longo do caminho passaram por locais historicamente emblemáticos como o Saldanha ou a praça da República. O desfecho na Praça de Espanha também não foi ocasional. Além de ser um espaço com dimensões consideráveis, o que permitia acolher em segurança as muitas pessoas que esperavam, era aí que se situava a residência oficial do embaixador de Espanha, país onde ocorreriam sincronicamente protestos contra a austeridade. No texto de divulgação do itinerário da manifestação no Facebook, do dia 12, o grupo referia que pretendiam que este fosse um “protesto ibérico”.

Na cidade do Porto, a Avenida dos Aliados encheu-se igualmente de pessoas que gritavam palavras de ordem contra a austeridade. Nas outras cidades aderentes o cenário e a ação foram idênticos.

No mesmo dia da manifestação e pouco antes dos protestos, os promotores do mesmo, em conferência de imprensa, no Porto, reforçaram a espontaneidade e apartidarismo do movimento. Como referiu um dos subscritores da manifestação, João Lima, não queriam um protesto onde existissem protagonismos de partidos, sindicatos ou outras organizações. O objetivo era unir os portugueses para “dizer basta” às medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro (*Jornal de Notícias* [JN], 15/09/2012). Estes cidadãos consideravam que a inflexibilidade política estava a “afundar” o país, logo deviam ser tomadas outras medidas e propunham soluções como:

*“renegociação da dívida de Portugal, a negociação do Governo com as petrolíferas para a descida de preços para fomentar a economia e aliviar a carteira da população em geral ou o aumento do rigor na gestão do património público”* (JN, 15/09/2012).

A indignação de cerca de um milhão de pessoas não foi totalmente ignorada pelo Governo. A contribuição para a segurança social (Sistema Providencial e Sistema de Proteção Social e Cidadania), uma das medidas mais polémicas do executivo, acabou por ser revista.

O movimento não se esgotou nesta manifestação de 15 de Setembro de 2012. Em 2013, o QSLT organizou mais duas grandes manifestações, uma em 2 de Março sob o lema: “QSLT – o povo é quem

<sup>6</sup> A revolução do 25 de abril de 1974 em Portugal instituiu o fim do regime fascista e a entrada do país na democracia.

<sup>7</sup> Slogan que marcou os anos da revolução do 25 abril.

mais ordena” (slogan que marcou os anos da revolução do 25 Abril de 1974), outra em 26 de Outubro: “QSLT – não há becos sem saída”, em que o repertório de críticas sociais foi aumentando, assim como as exigências para a solução dos problemas económicos e sociais.

A partir do movimento QSLT surgem várias questões, entre as quais perceber se estamos face a novas formas de se mobilizar e agir em público e quais as repercussões que isso terá no espaço público contemporâneo.

### 3.O “15 de Setembro de 2012”: um movimento social ?

Já foi referido que muitas das manifestações que surgiram nas ruas das cidades europeias e do mundo foram convocadas através das redes sociais. Os promotores dessas mobilizações de protesto, utilizando plataformas digitais, apresentaram-se como cidadãos comuns, sem organização formal ou filiações partidárias e ideológicas, e apelaram à realização de grandes manifestações públicas para expressar o descontentamento social face à economia ou políticas dos vários Estado-nação. Assim aconteceu com o movimento português QSLT, em 2012, cuja análise ajudará a perceber se estamos perante um novo fenómeno social ou perante uma mudança no “repertório de ação” dos movimentos sociais.

Ao longo do tempo, o conceito de movimento social foi evoluindo à medida que a sociedade se transformou, mas implicou sempre uma ação coletiva no espaço público. O movimento social surgiu associado ao processo de ação coletiva de um determinado grupo social ou entidade e à forma como esse mesmo grupo, através das manifestações públicas, foi ganhando consciência e poder (Tilly, 1978). Daí a ligação do conceito à sociedade industrial do ocidente e ao surgimento do movimento operário, por ser organizado, ter um programa e um contexto. Não obstante, Eric Hobsbawm (1978a) demonstrou que existiram movimentos sociais pré-industriais, aquilo que designou por movimentos “arcaicos” ou “primitivos”, por serem espontâneos, esporádicos, localizados e despolitizados, que constituíam formas de agir limitadas às condicionantes do momento histórico<sup>8</sup>. Só a partir do século XIX, com as grandes transformações económicas e sociais ocorridas com a industrialização, houve mudanças e inovação na forma de agir coletiva. Tilly (1978), justamente, pressupõe que os movimentos sociais requerem compreensão histórica e tentou compreendê-los na convergência entre a Sociologia e a História (1981), muito ao estilo da “*longue durée*” braudeliana, para captar a permanência ou mudança, a imobilidade ou inovação dos mesmos. O seu estudo diacrónico destes fenómenos, desde 1750, levou-o a introduzir o conceito de “repertório de contestação” (1977) para a sua explicação. Ora, um “repertório” é um “conjunto de formas de ação” (Tilly, 1978:156) e cada época tem as suas próprias estruturas de mobilização e de ação, geralmente forjadas a partir das ações mais antigas (1995:27-28), enquanto a modificação das estruturas políticas e sociais resulta numa mudança do “repertório” (Tilly, 1995:35).

Face à atual transformação das ações coletivas a que se assiste na viragem do século XX para o XXI, Tilly clarifica que nem toda a ação coletiva configura um movimento social. O movimento social é um tipo de protesto que ultrapassa o mero protesto ocasional. Assim, na obra *Social Movements: 1768 – 2004*, de 2004, concluiu que só se prefigura como movimento social um movimento que obedeça à combinação de certos elementos, de que resulta uma determinada “fórmula”, composta por três elementos: 1) Campanhas, reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) Repertório de ação, que inclua um conjunto de performances reivindicativas tais como manifestações, reuniões públicas, marchas, petições, declarações à comunicação social, etc.; 3) Demonstrações de *Wunc* (*worthiness, unity, numbers, and commitment*), ou seja, representações públicas concertadas que demonstrem a

<sup>8</sup>Também encontramos movimentos “pré-industriais” em Portugal, no século XIX (Silva, 2013).

respeitabilidade, unidade, números e compromisso, por parte dos elementos dos movimentos, aderentes e/ou seguidores relativamente à causa em questão.

Verifiquemos, então, se no movimento de “15 de Setembro” se encontram reunidos os elementos que constituem um movimento social. A “campanha” pressupõe tudo o que precede a ação, que permite sustentar as motivações do movimento e dar-lhe consistência. Neste caso, incluem-se aqui todas as ações de mobilização do grupo que formulou o manifesto de reivindicação contra a *Troika*, postas a circular nas redes sociais, bem como nos média tradicionais, através das entrevistas de subscritores do movimento. O protesto tinha um objetivo muito concreto: acabar com a austeridade que o governo impôs ao povo português por imposição dessa entidade supranacional – a *Troika*. Todas as ações desta campanha acabaram por estabelecer uma relação entre o grupo de proponentes, o grupo de manifestantes e o governo que resultou na aceitação de uma das reivindicações do protesto: rever a taxa de segurança única.

Relativamente ao “repertório”, ou estratégias de ação, houve reuniões públicas, manifestações, declarações à comunicação social. O movimento não se esgotou no dia 15 de Setembro, foram promovidas outras manifestações ao longo do ano de 2013 e participaram noutras organizadas a nível nacional e internacional, o que evidencia que todo um conjunto de performances reivindicativas fez parte do QSLT. Quanto à “demonstração” de Wunc, a respeitabilidade dos atores foi assegurada pela heterogeneidade de pessoas que participaram, em termos de idade, classe social e ideologia, mostrando uma coesão intergeracional e motivacional. Além disso, surgiram subscritores “apartidários” de reconhecido mérito público, caso do compositor António Pinho Vargas ou da atriz São José Lapa. Houve um número impressionante de manifestantes. Um milhão de pessoas nas ruas só pode significar unidade em torno de uma causa. O compromisso foi atestado nas ações subsequentes. No mês seguinte, em 13 de Outubro de 2012, promotores e manifestantes do “15 de setembro” integraram o protesto internacional *Global Noise*. No ano de 2013, promoveram duas grandes manifestações, uma a 2 de Março e outra a 26 de Outubro, participaram na manifestação da central sindical (CGTP) a 4 de Julho, organizaram pequenas ações, como o protesto junto à residência do primeiro-ministro e boicotes em atos oficiais do governo, através de canções emblemáticas da revolução de 1974, o que evidencia um plano de continuidade e responsabilidade dos ativistas.

Parece-nos, assim, que no movimento QSLT estão reunidos todos os elementos que constituem a fórmula tillyana de movimento social e também aquilo que Tarow (1998) e depois Tilly (2004) chamaram de carácter modular, ou seja, a partilha, a adoção de estratégias e a inovação utilizadas noutros movimentos e contextos, transpostas para o caso português, sem que este perdesse a sua singularidade nacional. Nesta perspetiva, o QSLT afigura-se como um movimento social com um novo repertório de ação, particularmente a mobilização em redes sociais tecnológicas. Ora, um movimento social entendido estruturalmente, imbuído com uma carga histórica, só acontece nas ruas, pois é aí que existe ação coletiva. O que se verifica nas redes, em termos de netativismo, são ações individuais conectadas através da tecnologia. Essas ações individuais, mesmo que de protesto ou reivindicação com proposta para a mobilização coletiva, podem não sair da rede. Só quando os sujeitos se reúnem fisicamente, num espaço comum, é que estão reunidas as condições para o agir e reivindicar comum. Como observa Zygmunt Bauman, “tu pertences à comunidade, mas a rede pertence-te” (*El País*, 9 de Janeiro 2016). Não existe uma comunidade online, quando muito existe uma “comunidade imaginada” ou uma “inérita condição habitativa” (Di Felice, 2013). Ainda segundo Bauman, as redes não unem, isolam, e se o movimento social visa reivindicar ou produzir mudanças políticas, institucionais ou culturais, o sentimento de identidade e solidariedade que provoca emoção grupal precisa do diálogo, do toque, do sentir que acontece nas ruas. Nas redes não há hegemonia ideológica ou mesmo utópica, e o que motiva os sujeitos é apenas um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação dos próprios sujeitos contra a conjuntura económica e política (Gohn, 2014:13).

Opinião divergente tem Massimo Di Felice (2013: 59) para quem os movimentos que se formam nas redes, os quais designou por “movimentos sociais em redes”, são diferentes dos anteriores por possuírem características distintas. O autor elenca algumas delas: 1. Anonimato e ausência de identidade política coletiva; 2. Discurso sem ideologia; 3. Objetivos cosmopolíticos múltiplos; 4. Atuação estranha à lógica da luta pelo poder; 5. Formato organizativo em rede e a-hierárquico; 6. Ação elíptica, não direcionada apenas ao externo; 7. Recusa de qualquer tipo de institucionalização; 8. Imprevisibilidade; 9. Temporalidade sincrónica; 10. Espaço de ação: atopia e info-localidades.

Ora, se observarmos o movimento em análise, também ele formado nas redes, verificamos que algumas das características dos “movimentos sociais em redes” não se verificam no QSLT, revelando que existe neste movimento uma continuidade com o tradicional movimento social. Vejamos: o anonimato foi relativo no QSLT, uma vez que se sabe que a ideia partiu de 4 elementos dos P.I., que fizeram questão de o revelar publicamente ao concederem entrevistas. O mesmo se pode dizer da ausência de identidade política, já que estavam representados dois partidos: o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, através dos seus militantes.

Por sua vez, o discurso construiu-se no sentido de luta, tomar as ruas, tomar as praças, mostrar que o povo é quem mais ordena, numa associação clara com o movimento revolucionário do 25 de Abril de 1974, que fez cair uma ditadura com mais de 40 anos. Com efeito, o discurso que acompanha a manifestação QSLT era ideológico, tratando-se dos defensores da liberdade, dos direitos humanos, da democracia contra a tirania das políticas de austeridade do governo português e dos organismos económicos internacionais. É neste sentido que se exibiram cartazes mordazes contra o primeiro-ministro ou membros do governo. Além disso, a participação ativa dos P.I., uma associação que surgiu como um movimento informal em 2007 e que em Julho de 2012 se institucionalizou, tornando-se uma associação com estatutos e órgãos sociais, revela que existe no QSLT a ideologia dessa organização. Os objetivos dos P.I de “*recuperar a confiança, o sentido da utilidade e a força da ação coletiva para defender o emprego, lutar pelo salário e combater a precariedade*” (manifesto da Associação P.I) estão sempre presentes durante as manifestações. Este movimento apareceu com um objetivo muito claro e mais nacionalista que cosmopolítico, acabar com a excessiva austeridade que se vivia no país por causa da Troika.

A atuação do QSLT também é estranha à lógica da luta pelo poder, à semelhança doutros movimentos iniciados nas redes, mas não é uma característica isolada deste movimento ou destes movimentos. Os movimentos feministas, ecologistas, pacifistas não se integraram em partidos ou sindicatos e utilizaram a manifestação na esfera pública, através de comícios ou desfiles, processos não institucionais de ação política para obterem direitos políticos. Como diz Claus Offe, para poder emancipar-se do Estado há que adquirir direitos políticos (1992:166) e os cidadãos têm que vir para a rua para obterem benesses do poder político ou para se emanciparem do Estado.

Quanto à institucionalização do movimento, não ocorreu, pode contudo referir-se que, em Julho de 2014, militantes do “Podemos” vieram a Portugal conversar com ativistas do QSLT e outros sobre “novas formas de organização”. Um dos organizadores do encontro ibérico referiu na altura que “está na hora de percebermos que, além das manifestações, temos de assumir também formas de organização política porque as manifestações têm sido inconsequentes” (*Público*, 17-07-2014). Na verdade, foi isso que fizeram ativistas do movimento 15 M ou “Indignados” em Espanha. Em Portugal, poderá avaliar-se se o QSLT criou uma dinâmica propícia ao surgimento do movimento Livre/Tempo de avançar, em 2015.

#### 4. Incorporação da internet nas mobilizações públicas



Prosseguindo o confronto anteriormente estabelecido, é certo que na rede existe simulação e alteração das coordenadas espaço-temporais, e as relações ao espaço e ao tempo são transfiguradas (ou desconfiguradas/reconfiguradas) pela sincronia e atopia, para usarmos a terminologia de Di Felice. A questão da temporalidade sincrónica, colocada por Di Felice, é tão importante quanto na rede há instantaneidade e “uma espécie de implosão cronológica” (P. Lévy, 1990) ou um *continuum presente*. Contudo, na continuidade sequencial dos acontecimentos e das manifestações vigora o tempo cronológico (*antes e depois*), tal como nas narrativas que acerca do QSLT e dos outros movimentos e acontecimentos são construídas é configurado o tempo narrado ou o tempo da narrativa (à sucessão de acontecimentos *um depois do outro*, a configuração narrativa confere a causalidade *um por causa do outro*). Mas na internet há, com efeito, uma outra relação ao tempo e ao espaço: espaço de ação atópico, como afirma Di Felice, ou espaço de fluxos (Castells, 1999), espaço a-especializado, desterritorializado, “flutuante”, “em suspenso”, “fora do solo” (Paquot, 2009: 106).

Porém, restringindo-nos aos protestos e às mobilizações públicas que são aqui o nosso objeto de análise, embora nascidos na internet derramaram-se para a rua e o espaço urbano continua a ser o lugar da ação cívica, ainda que esta tenha sido gerada no espaço virtual. Na rede, está ao acesso de qualquer um lançar ou aderir online a uma petição ou manifesto, mobilizar ou ser mobilizado para participar numa manifestação, criar uma mobilização noutra local, enviar e receber mensagens e imagens. Mas os utilizadores podem tornar-se (ser) atores, podem ser emissor-receptor-espectador-utilizador-ator – e também o *indivíduo-na-multidão*, o *indivíduo-público*, o *indivíduo-na-rede* (Paquot, 2009) – desencadeando-se deslizamentos e/ou coexistência entre uns e outros. Tal como existe um vaivém entre os espaços virtuais e os espaços físicos urbanos, ou entre territórios virtuais e reais da circulação e da comunicação. Embora Di Felice vá mais longe, vendo o espaço físico contaminado e tomado pelas mediações tecnológicas que o incorporam no *habitar atópico* “que envolve ecossistemas comunicativos e informativos” (Di Felice, 2012 a: 43), tal como os atores são, simultaneamente, utilizador-receptor-produtor-ator (ou o “ator-rede” de Bruno Latour).

As questões que se levantam são numerosas, entre elas saber se a incorporação da internet nos processos comunicativos do ativismo implica mudanças nas formas de ação social por parte dos *ciberativistas-ativistas*. Se estamos face à emergência de novas formas de expressão individual e coletiva, assim como de cidadania nos espaços públicos urbanos. Se estamos perante novos regimes de visibilidade, de exposição e de ação, rompendo ou não com os precedentes, e que incorporam novas performances e repertórios de ação pública.

## Reflexão Final

As redes vieram trazer novas modalidades na forma de organização das ações coletivas. As mobilizações programadas pelos partidos políticos e pelos sindicatos deram lugar a novas formas de ação social e a novas modalidades de protesto e participação cívica, muitas vezes sem líderes, sem organização e que surgem nas redes sociais digitais ou as usam como suporte. Neste contexto, estas novas modalidades de mobilização em rede, ou novos movimentos, apresentam-se como um desafio social complexo, por questionarem as próprias estruturas políticas e partidárias institucionais, agindo muitas vezes à sua margem, e por emergirem como novas modalidades de ação pública.

Quanto ao movimento QSLT, emergiu uma nova forma de mobilização e atuação no espaço público decorrente justamente do uso das redes sociais eletrónicas, mas tal não significou o surgimento de um fenómeno social totalmente novo, na própria medida em que também se verificou a existência de uma certa continuidade nas modalidades da ação coletiva. Ou seja, a desterritorialização na rede foi (e continua a ser) convertida em movimentos de protesto na rua, com ligação aos lugares públicos. Pode dizer-se que o descontentamento face às medidas de austeridade, à crise económica e de legitimidade das instituições políticas e a preocupação com o futuro, originaram modalidades de ativismo na rede

ou netativismo, mas também potenciaram a ação coletiva nos lugares públicos, devolvendo aos espaços tradicionais de protesto, praças e ruas, o seu lugar de partilha, manifestação e expressão pública.

Mesmo na era digital, e com o suporte das novas tecnologias de comunicação e informação, o protesto público e a ação coletiva mantêm-se ligados ao espaço público (comunicacional e enquanto lugar) e à rua. O facto de as mobilizações utilizarem as redes sociais digitais, mas também os média tradicionais e a praça pública, como interfaces de mediação e, ao mesmo tempo, lugares de aparição e de visibilidade, se cria novos desafios à análise conceptual e compreensão dos novos movimentos, assim como das novas modalidades de ativismo e netativismo, incentiva também a um questionamento sobre a emergência de novas formas de cidadania no meio urbano.

Através de uma análise comparativa de vários movimentos sociais e mobilizações públicas, como é o caso do movimento QSLT, será possível entender a transformação em curso e o alcance e repercussões da utilização das redes sociais nos movimentos sociais que, precisamente, nascem a partir delas e as incorporam.

## Referências

- Arendt, H. (1988 [1958]). *La condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Levy.
- Babo, I. (2013). As manifestações na Tunísia e no Egipto em 2010-11. A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. *Análise Social*, XLVIII, 209, (4.º), 792-809.
- Cardon, D. (2011). *La démocratie internet*. Paris: Seuil.
- Cardon, D. e Granjon, F. (2013). *Médactivistes*. Paris: SciencesPo, LesPresses.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cefaï, D. (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte.
- Di Felice, M. (2011-2012). Redes Sociais Digitais. *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 43-44. Lisboa: Relógio D'Água, pp. 269-282.
- Di Felice, M. (2012 a). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. P. Alegre, v.19, n.1, pp.27-45.
- Di Felice, M. (2012 b). *Paisagens pós-urbanas*. Lisboa: Vega.
- Di Felice, M. (2013). Ser Redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*. Ano 7, nº 2, jul./dez. São Paulo: Universidade de S.Paulo, pp. 49-71.
- Hobsbawm, E. (1978). *Rebeldes Primitivos*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gohn, M. G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no Mundo*. Pétropolis: Vozes.
- Levy, P. (1990). *As tecnologias da inteligência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Neveu, E. (1999). Médias, mouvements sociaux, espaces publics. *Réseaux*, 98, pp.17-84.
- Offe, Claus (1992). *Partidos políticos e nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Sistema.
- Paquot, T. (2009). *L'espace public*. Paris: La Découverte.

- Rouet, G. (dir.) (2013). *Mobilisations citoyennes dans l'espace public*. Paris: L'Harmattan.
- Silva, C. T. (2013). Popular protest in Portugal: The Douro region in first half of XIXth century. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*. Vol.2, nº8, 91-98.
- Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tilly, C. (2004). *Social movements – 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In M.Traugott, (Org.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 15-42). Durham, NC: Duke University Press.
- Tilly, C. (1981). *As sociology meets history*. New York: Academic Press.
- Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.
- Tilly, C. (1977). Getting it together in Burgundy. *Theory and Society*,4, 479-504.
- Virilio, P. (2004). *Ville panique. Ailleurs commence ici*, Paris: Galilée.

### Imprensa

Diário de Notícias [DN], 15/09/2012

[www.dn.pt/.../milhares-contra-austeridade-nas-principais-cidades-do-pais](http://www.dn.pt/.../milhares-contra-austeridade-nas-principais-cidades-do-pais)  
[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2771844](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2771844)).

Jornal de Negócios Online, 15/09/2012

[www.jornaldenegocios.pt/.../fotogaleria\\_manifestaccedilatildeo\\_de\\_15\\_d...](http://www.jornaldenegocios.pt/.../fotogaleria_manifestaccedilatildeo_de_15_d...)

Jornal de Notícias [JN], 15/09/2012

[www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content\\_id=2772523](http://www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=2772523)

Jornal Público, 15/09/2012, 17-07-2014

[www.publico.pt/.../que-se-lixo-a-troika-os-protestos-sairam-a-rua-1563204](http://www.publico.pt/.../que-se-lixo-a-troika-os-protestos-sairam-a-rua-1563204)

Jornal El País, 9 de janeiro 2016

[cultura.elpais.com](http://cultura.elpais.com) ›Babelia

### Blogs

[queselixeatroikablogspot.pt](http://queselixeatroikablogspot.pt) de 15 de Setembro de 2014

[vice.com/ptauthorruimarçal](http://vice.com/ptauthorruimarçal)- 8 de Agosto de 2013